

O voto disperso para candidatos de carreira parlamentar longa

Cesar Canato¹

Resumo: O trabalho reuniu dados das eleições de 2010 e analisa para o regime presidencialista, multipartidário e proporcional com voto preferencial aberto, o perfil de votação obtido pelos deputados federais que possuem uma carreira parlamentar longa e estática na Câmara dos Deputados. Observo para 15 Estados da Federação, o padrão de votação, seja ela Concentrada/alta ou média e/ou Dispersa/alta ou média, para 46 Parlamentares que foram reeleitos para o quinto mandato consecutivo e também de nove parlamentares que não foram reeleitos.

Palavras-chave: Eleições 2010, Câmara dos Deputados, Padrão de Votação, Carreira parlamentar.

Introdução

Este trabalho visa analisar se a votação foi concentrada ou dispersa para um grupo de 55 parlamentares de carreira longa, com no mínimo quatro mandatos conquistados de forma consecutiva.

Se existe uma conexão eleitoral, as atividades dos parlamentares (arena parlamentar) estão voltadas para a manutenção dos postos que ocupam e para isto, necessitam de uma base eleitoral (arena eleitoral) que os reconduzam para cada momento de disputa eleitoral. Se a relação direta destas duas variáveis ocorre, a distribuição geográfica dos votos dos parlamentares seria contemplada por suas iniciativas como parlamentar, seja ela de natureza territorial, profissional, ideológica ou "de identidade", para que, no momento seguinte das eleições, seus objetivos de ser reconduzido ao cargo ocorram com sucesso.

Se optarmos pelo pressuposto de que os parlamentares são atores racionais, é lógico apostarmos que o principal objetivo perseguido pelos legisladores é o de sua reeleição (MAYHEW, 1974). Mas, também é lógico apostarmos que estes mesmos parlamentares planejem outras estratégias.

¹ Doutorando em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), canatocesar@hotmail.com

Mais do que a reeleição, a construção propriamente dita de uma carreira política e/ou carreira política parlamentar também é objetivada, como também, uma carreira pode ser projetada em outros postos da esfera pública, sejam eles no Executivo, Legislativo ou autarquias de governos, isto sem contar, a ida para a esfera privada

As instituições políticas brasileiras são diretamente afetadas pela capacidade de recrutamento, seleção e trajetória de seus integrantes, sejam estes integrantes frutos de processos eleitorais bem sucedidos ou indicação da coligação partidária pela qual se tornam governo ou oposição.

Quando se trata dos processos políticos via eleições diretas, entendemos que, além do julgo dos que os elegem, ou seja, a conexão eleitoral, os políticos recorrem às estratégias individuais e/ou coletivas que acabam moldando em partes sua própria capacidade e qualidade de atuação no processo democrático em andamento. Quando as estratégias coletivas são priorizadas, aceitamos que, pertencer a um determinado partido político, ou facção parlamentar importa, seja de governo ou oposição.

O desenho institucional do Sistema Eleitoral brasileiro, principalmente em relação ao sistema proporcional com lista aberta, faz da disputa um grande desafio. Por exemplo, o número de candidaturas que cada partido político pode lançar é o dobro ao número de vagas disputadas. Segundo, as possibilidades de coligações partidárias, além de aumentar este número em 50%, trazem uma disputa entre os candidatos intra e inter partidária, dividindo esforços e recursos dos partidos políticos envolvidos na coligação, e por fim, a própria concorrência partidária pelos cargos em disputa em relação ao número de cadeiras oferecidas em cada distrito eleitoral (Estados) dificulta as chances de construção de uma carreira parlamentar longa.

Por outro lado, no Brasil, a taxa de reeleição para Deputados Federais entre os anos de 1950 e 2002 foi uma taxa média de 68%. Dentre estes candidatos que buscaram a opção pela carreira estática, 67% deles em média conseguiram o sucesso eleitoral e 33% em média não conseguiram se reeleger. Com destaque para a percentagem de 77% como a maior taxa de reeleição para o ano de 1978 e 76% dos candidatos que se recandidataram, conseguiram se reeleger no ano de 1970. No Brasil, pode-se considerar que concorrer à reeleição na Câmara dos Deputados tem proporcionado consistentemente retornos consideráveis. (PEREIRA e RENNO, 2007)

Este trabalho tem como intenção acompanhar os resultados eleitorais obtidos por parlamentares que estão a um bom tempo atuando no legislativo federal. O pressuposto é que, dado que possuem um longo tempo de atuação no cargo, seus votos sejam

distribuídos espacialmente de uma forma mais concentrada do que dispersa, assim, como, mais próximo do governo do que a oposição.

Um padrão de votação mais concentrado do que disperso vai ao encontro parte da literatura de politólogos brasileiros e brasilianistas que diz haver no Brasil uma já existente distritalização dos votos, assim como, parlamentares que seguem seus líderes em favor do Executivo, aumenta as chances de reeleição.

Carreira parlamentar e conexão eleitoral?

Este trabalho não se propõe a estudar o padrão de votação para todos os 513 integrantes eleitos para o cargo de Deputado Federal da 54ª legislatura (2011-2014). São os 55 legisladores que ocupam no mínimo o cargo por quatro mandatos e disputaram em 2010 pela quinta vez consecutiva². Passados os anos de transição democrática, com o final do Regime Militar em 1985, a aprovação de uma nova Constituição em 1988 e a retomada das eleições diretas para Presidente da República no ano seguinte; em 1994 é o ano que recorto como o primeiro mandato para compor o grupo aqui estudado³.

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) será o recomeço de seguidos mandatos presidenciais com início e término de mandato de presidentes eleitos pelo voto direto. Foram dois mandatos de governo FHC (1995-2002) e dois mandatos do governo Lula (2003-2010). Neste período de 16 anos, 77 parlamentares federais foram eleitos para o cargo de forma consecutiva. Dentre eles, 55 optaram em continuar no cargo, sendo que 46 foram reeleitos e nove (9) não se reelegeram.

A pergunta a ser respondida é: O fato de ocupar o cargo de Deputado Federal por quatro mandatos consecutivo faz com que suas bases eleitorais sejam mais dispersas ou concentradas? Os Deputados Federais de carreira longa no parlamento brasileiro buscam atuar com o objetivo de estruturar seus possíveis votos em pequenos redutos eleitorais, com o objetivo de reduzir custos e aperfeiçoar benefícios pretendidos?

Devido ao tempo longo de atuação na carreira política parlamentar pode-se supor que o perfil de votação seja disperso, uma vez que, ao optar pela carreira política

² Dentre o grupo a ser analisado, existe parlamentares que iniciaram a carreira parlamentar federal muito antes, como é o caso de Eduardo H L. Alves (PMDB – RN), que fora eleito para o primeiro mandato como deputado federal em 1971, acumulando 11 mandatos consecutivos ininterruptos. Outro caso próximo é referente ao Deputado Miro Teixeira (PDT – RJ) que também ingressou na Câmara Federal em 1971, mas acumula 10 mandatos.

³ Para AMORIM NETO & SANTOS, 2003, p.673, o ano de 1995 foi o primeiro ano “(...) de “normalidade” política, (...) no Brasil pós-autoritário. (Dados, vol 43, n4.)

estática, estes parlamentares adquirem prestígio e capacidade de conquistar votos que se estendem por todo o território eleitoral que disputam as eleições e não somente, optam por manter sua atividade enquanto político na base eleitoral de forma concentrada.

No entanto, devido uma grande variedade de tamanho territorial e densidade populacional que compõem as cidades e Estados da Federação, é possível pensar que, em grandes “centros” eleitorais, como por exemplo, as cidades que são Capitais de Estado, praticar uma política tipo “paroquialista” possa não ser uma estratégia lógica de construção de uma base eleitoral.

Um variado número de partidos e candidatos também direciona suas iniciativas para estes grandes “centros eleitorais”, o que torna a atividade de um parlamentar em particular difusa perto das inúmeras iniciativas de parlamentares que são voltadas para aquele município. Pode-se imaginar neste caso, que políticas do tipo “universalistas” teriam mais lógica de serem praticadas.

Um trabalho pioneiro em relação às bases distritais dos candidatos e sua eleição fora elaborado por MAYHEW (1974), baseado na experiência norte-americana, cujo sistema eleitoral é majoritário em distritos uninominais. Para este autor, o sistema eleitoral incentiva que os candidatos à eleição, principalmente os candidatos à reeleição, adotem um comportamento paroquial, e/ou clientelista, em cujo objetivo de atender as suas bases eleitorais estaria o foco principal de sua atuação e com o fim último de conseguir permanecer com o mandato parlamentar. Portanto, uma votação mais concentrada que dispersa.

Mas a definição de como são formados os “distritos eleitorais” nos EUA é diferente da legislação brasileira. No Brasil os deputados federais disputam em seus respectivos Estados para o qual serão representantes. Neste caso, o tamanho territorial, número de cadeiras em disputa e competição partidária apresentam variados contornos.

Uma primeira análise da dispersão e concentração do voto atribuído ao legislativo no Brasil fora iniciada por FLEISCHER, 1976 e 1981. Com o objetivo de pesquisar a bancada federal e estadual mineira, o pesquisador examinou os votos obtidos por zonas eleitorais do Estado mineiro no período do Bipartidarismo. Para o autor, o resultado da pesquisa mostra uma grande concentração nas bases eleitorais dos deputados estaduais e federais eleitos.

Menciono FLEISCHER, 1981 com o intuito de ressaltar que caso ocorresse uma mudança no sistema eleitoral brasileiro, de sistema de representação proporcional para sistema distrital majoritário, não haveria prejuízo da classe política e partidos políticos

existentes. Segundo o autor, a “distritalização” dos votos seria uma realidade para a classe política mineira.

Em trabalho posterior, KINZO, 1989, p.95 conclui que os Deputados Federais de São Paulo que apresentaram mais chances de se reeleger foram os que tiveram a votação mais “concentrada”, enquanto, que os “dispersos” tiveram uma probabilidade maior de não se reelegerem. O que estava em debate naquele momento, era perceber os resultados das eleições de 1986, sob a luz da fase do multipartidarismo em curso.

Comparando-se os dados das eleições de 1982 e 1986, KINZO, 1989 observa uma tendência à dispersão eleitoral. Se na década anterior, sob o Sistema Bipartidarista, FLEISCHER, 1981 encontrou na bancada para o Legislativo Mineiro uma votação concentrada, agora, em pleno aumento do número de partidos políticos, 18 deles concorrendo em 1986, como também, acentuado aumento de candidatos nas eleições proporcionais; KINZO, 1989 chega a afirmar que a tendência à dispersão eleitoral na votação dos candidatos reeleitos não implica uma derrota dos candidatos que buscavam voltar ao cargo e que possuem votos concentrados.

O que se pode observar é que, na medida em que ocorre um aumento no número de partidos participando das eleições, altera-se a tendência de concentração para dispersão dos votos. No entanto, conforme os achados de KINZO, 1989, dentre os que buscavam a reeleição, a maioria (58%) dos deputados de perfil de votação mais concentrada obtêm sucesso eleitoral, contra uma maioria dos de perfil de votação dispersa (67%), que não se reelege.

Em estudo mais recente, CARVALHO, 2003, p. 211 conclui haver um impacto da origem geográfica dos deputados e as atividades políticas que ocorrem no interior do legislativo. Não preocupado com o padrão de votação ser dispersa ou concentrada para fins de reeleição, o autor argumenta que não se pode “incorrer em estilização” da dinâmica legislativa, como da dinâmica eleitoral.

Para CARVALHO, 2003, p.212 o sistema eleitoral adotado no Brasil faculta aos deputados “estratégias múltiplas” para se ocupar uma vaga no legislativo, o que dificulta generalizar para todo o legislativo, se prevalece uma representação parlamentar em direção do universalismo ou do paroquialismo. Coexistem os dois modelos no legislativo brasileiro.

Têm sido pouco expressivos os trabalhos sobre a área de estudos legislativos brasileiros. RICCI e LEMOS, 2004 observam que ainda que estes estudos “venha-se firmando”, existe ainda um longo caminho para compreender como se opera as diversas

instâncias internas do Legislativo, perceber a influência na qualidade da legislação produzida, e porque não dizer, da relação entre candidatos e eleitores, principalmente, para aqueles que procuram a reeleição.

Mas qual seria a importância para a instituição parlamentar, ter entre seus membros, políticos com carreiras parlamentares longas? Para MARENCO DOS SANTOS, 2000 a falta de tais integrantes, provocada pela descontinuidade no recrutamento parlamentar, inibe as oportunidades para a formação de uma representação partidária e legislativa nacional, treinada e promovida no interior da Câmara dos Deputados.

Acredita-se que, seja importante para um país de dimensões territoriais como o Brasil e com diferenças regionais marcantes, que se forme uma classe política provida de expertise legislativa de âmbito nacional.

Em seus estudos, MARENCO, 2000, p. 152 encontrou para este grupo de parlamentares de quatro e cinco mandatos uma forte associação entre a continuidade parlamentar e o tempo prévio de carreira antes do ingresso na Câmara. Ou seja, “deputados que permaneceram na Câmara durante as cinco legislaturas foram também aqueles que levaram mais tempo no percurso entre o primeiro posto na carreira e a cadeira parlamentar. O que indica treinamento político e investimento na carreira”.

Mas qual seria este perfil para estes parlamentares com relação ao “treinamento político e investimento na carreira”, como relação à formação ou não de uma base eleitoral? Os estudos de conexão eleitoral são raramente explorados no Brasil pelos cientistas políticos brasileiros e brasilianistas. A observação empírica de dados que possam mostrar o vínculo entre representantes e representados podem apresentar contornos variados de estilos de carreira e atuação parlamentar. (PAULA, 2010)

Este grupo específico de parlamentares, que até o final do mandato em 2010 eram 77 deputados federais eleitos nas últimas quatro eleições seguidas, apenas 55 deles optaram pela reeleição ao cargo. Vinte dois deles, ou seja, 26% tiveram outro percurso e destes 55 candidatos, quarenta e seis (46) conseguiram se reeleger, o que representa uma porcentagem expressiva, perto de 84% do total de candidatos que buscaram um quinto mandato consecutivo para o mesmo cargo ocupado.

Estes números ilustram o bom desempenho eleitoral obtidos por um grupo particular de políticos, que por determinados e variados motivos aqui não tratados neste trabalho, conseguiram prosseguir na carreira política exercendo um cargo que no

mínimo, pelos últimos 16 anos já atuavam, por mais que a literatura sobre o assunto afirme existir mais motivos para deixar o cargo do que permanecer nele.

Para OLIVEIRA, 2009, p. 07 existe uma “descontinuidade das carreiras legislativas”. Utilizando-se da análise estatística; e, através da análise comparativa com a França, a autora conclui que existe uma procura por parte dos políticos altamente profissionalizados, de cargos no Executivo, com objetivo de assegurar a continuidade da carreira legislativa ou a progressão da carreira política.

Outra discussão também pertinente é com relação aos constrangimentos existentes por parte da legislação eleitoral, que segundo a literatura sobre o assunto, argumenta a dificuldades de obter sucesso de reeleição.

No Brasil, a legislação eleitoral desenha um sistema proporcional com voto preferencial para a Câmara dos Deputados. Ou seja, esta legislação permite aos eleitores um poder maior na definição de quem será eleito e/ou reeleito para o legislativo do que o sistema proporcional sem voto preferencial. Neste último desenho, o partido usufrui ser o grande protagonista, ao elencar a lista de candidatos e a ordem que serão nomeados com seus mandatos, caso o partido e/ou coligação obtenha número de votos suficiente para atingir o coeficiente eleitoral.

LIMONGI, 2003, cita esta terminologia de lista aberta ou fechada, que fora utilizada por Shugart & Carey (1995) para diferenciar, mesmo num sistema proporcional que se diferencie do sistema majoritário, o que irá favorecer a carreira política. A também citação da pesquisa elaborada por Caim, Ferejohon e Fiorina (1987) que centra suas análises em duas outras variáveis. Primeiro, com no que se refere às bases geográficas do distrito dos candidatos. Para uma parte da literatura, o voto seria mais pessoal do que partidário, se prevalece o sistema majoritário com distritos uninominais. A segundo variável seria com relação ao número de cadeiras em disputa. Quanto mais o número em disputa, maior as chances do voto pessoal do que partidário, em função de haver mais espaço para candidaturas independentes dentro do partido.

Para que esta tese seja aplicada como análise para o caso brasileiro, seria necessário evidenciar empiricamente que os parlamentares reeleitos obtivessem uma votação concentrada. Um agravante para este argumento é o tamanho do Estado pelo qual o deputado federal disputa o cargo. No Brasil, o sistema seja proporcional com amplas circunscrições, não é dividido em distritos, conforme ocorre nos EUA.

Uma incursão por um tema específico da literatura, que analisa os efeitos das regras eleitorais sobre a distribuição espacial dos votos que o parlamentar reeleito

recebe, é pretendida, mas não deixando de considerar que a carreira parlamentar construída, no que tange a opção partidária pelo qual disputa e atua no congresso, pode também ser um indicativo do padrão de votação por ele obtido.

Análise dos dados

Setenta e sete (77) parlamentares eleitos que ocupava no mínimo, o cargo de deputado federal pelas últimas quatro legislaturas (50^a, 51^a, 52^a e 53^a legislaturas) de forma consecutiva, foram reeleitos sem interrupção do mandato. Eles representam 15% dos 513 Deputados Federais.

Com os resultados das eleições de 2010 esta porcentagem cai para 9%. Estes 46 parlamentares são representantes de 15 Estados, dos 27 Estados que compõem a República Federativa do Brasil. A taxa de sucesso eleitoral dos parlamentares federais com mais de 16 anos no cargo e que optaram em continuarem exercendo a atividade foi de 84%.

Os dados apresentados na tabela 01, demonstra na coluna quatro o grupo de 22 parlamentares que optaram por interromper a carreira parlamentar estática. Oito buscaram a carreira política progressista⁴, identificada aqui para os cargos de Senador, Governo de Estado e vice-presidência da República. Outros dois já haviam sido eleitos prefeitos⁵, um foi para o Tribunal de Contas da União e outro para a Secretaria de Estado⁶. Quatro não se rerepresentaram por motivo de falecimento⁷ e por fim, seis possíveis candidatos não concorrem a nenhum cargo eletivo⁸ nas eleições de 2010.

Tabela 01: Deputados Federais com quatro mandatos: rerepresentação, não rerepresentação (NC), reeleitos e não reeleitos (NR) para as eleições de 2010.

ESTADOS	COM 4 MANDATOS	REAPRESENTAÇÃO	NC*	REELEITOS	NR**
AMAZONAS	1	1	-	1	-
BAHIA	9	6	3	4	2

⁴ É o caso de José Carlos Aleluia C. (BA), Paulo R. G. Rocha (PA), Ciro Nogueira Lima Filho (PI) e Ricardo José Magalhães Barros (PR) para o cargo de Senador; Geddel Q. V Lima (BA), Fernando P. N Gabeira (RJ) e Celso U. Russomanno (SP) para Governo de Estado e Michel M. E Temer L. (SP) para a vice-presidência da República.

⁵ o caso de Sebastião Torres Madeira (MA) e Nelson Trad (MS).

⁶ É o caso de José Múcio M. Filho (PE) e Nelson L. Proença F. (RS).

⁷ É o caso de Mussa de Jesus Demes (PI), Max Rosenmann (PR), Adão Preto (RS) e Ricardo Nagib Izar (SP).

⁸ É o caso de José Barroso Pimentel (CE), Victor Pires Franco Neto (PA), Armando Abílio Vieira (PB), João Batista Matos (SC), Felix de Almeida Mendonça (BA) e José Mendonça Bezerra (PE).

CEARÁ	5	4	1	3	1
GOIAS	2	2	-	2	-
MARANHÃO	4	3	1	3	-
MATO GROSSO	1	1	-	1	-
MATO GROSSO DO SUL	1	-	1	-	-
MINAS GERAIS	6	6	-	6	-
PARÁ	2	-	2	-	-
PARAÍBA	1	-	1	-	-
PARANÁ	9	7	2	5	2
PERNAMBUCO	6	4	2	4	-
PIAUI	3	1	2	1	-
RIO DE JANEIRO	8	7	1	6	1
RIO GRANDE DO NORTE	1	1	-	1	-
RIO GRANDE DO SUL	5	3	2	3	-
SANTA CATARINA	3	2	1	1	1
SÃO PAULO	9	6	3	5	1
TOCATINS	1	1	-	-	1
TOTAL	77	55	22	46	9

Fonte: TSE (elaborado pelo autor)

*(N C = não candidatos ao cargo de reeleição) **(N R = não se reelegeram)

A tabela 02 apresenta nominalmente e por Estado os 46 Deputados Federais reeleitos. A terceira coluna, que informa o número de municípios por estado e na quarta coluna que apresenta o número de municípios em que o parlamentar recebeu votos. Ao fazer a divisão da quarta pela terceira, obtêm a quinta coluna que demonstra a porcentagem de municípios em que o parlamentar fora votado do total de município do Estado.

Mesmo que seis deputados tenham alcançado a porcentagem máxima de receber pelo menos um voto em cada um dos municípios existentes no Estado pelo qual foi candidato, ainda assim, são muito altas as ocorrências de votação por todo o Estado para a maioria deles. Como primeira constatação, os dados revelam para os deputados federais que ficam mais tempo com atividade no parlamento sejam lembrados em quase todo o Estado. Apenas três candidatos tiveram uma votação que não correspondeu a 50% dos municípios, que coincidentemente são do Estado de Minas Gerais.

Tabela 02: Número de candidatos aptos ao cargo de Deputados Federais: Número de vagas e relação em ordem crescente de candidato/vaga para as eleições de 2010.

Nomes dos reeleitos em 2010 com 4 mandatos	Estado	N M c/ Votos	N M p/ Estado	% C/D	Capital	Interior	10 + votos
MIRO TEIXEIRA	RJ	92	92	100,00%	<u>71,40%</u>	NP	<u>89,30%</u>
JAIR MESSIAS BOLSONARO	RJ	92	92	100,00%	<u>69,15%</u>	NP	<u>88,37%</u>
ALEXANDRE JOSE DOS SANTOS	RJ	92	92	100,00%	7,84%	18,18%	<u>75,77%</u>
ATILA SIDNEY LINS ALBUQUERQUE	AM	62	62	100,00%	13,50%	NP	48,13%

HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES	RN	167	167	100,00%	13,01%	NP	34,59%
ROBERTO EGIDIO BALESTRA	GO	245	246	99,59%	8,38%	11,45%	38,94%
INOCENCIO GOMES DE OLIVEIRA	PE	184	185	99,46%	2,08%	9,02%	31,80%
JOSÉ ALVES ROCHA	BA	413	417	99,04%	5,27%	6,07%	48,15%
MARIO SILVIO MENDES NEGROMONTE	BA	413	417	99,04%	1,73%	7,42%	35,25%
LUIZ GONZAGA PATRIOTA	PE	183	185	98,92%	2,77%	25,83%	<u>71,47%</u>
AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	91	92	98,91%	37,25%	NP	<u>80,66%</u>
WELLINGTON ANTONIO FAGUNDES	MT	139	141	98,58%	10,41%	21,39%	63,53%
FERNANDO DANTAS FERRO	PE	182	185	98,38%	33,18%	NP	69,30%
JOVAIR DE OLIVEIRA ARANTES	GO	242	246	98,37%	12,24%	17,33%	61,75%
JOSÉ LINHARES PONTE	CE	181	184	98,37%	5,30%	35,02%	<u>77,72%</u>
JOSÉ SARNEY FILHO	MA	213	217	98,16%	10,41%	NP	46,30%
ARLINDO CHIGNALIA JUNIOR	SP	632	645	97,98%	15,00%	NP	31,62%
ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO	RJ	90	92	97,83%	21,03%	<u>49,47%</u>	<u>87,17%</u>
JOSE ARNON CRUZ BEZERRA DE MENEZES	CE	180	184	97,83%	8,48%	17,96%	61,27%
GASTÃO DIAS VIEIRA	MA	212	217	97,70%	4,00%	8,03%	38,37%
PEDRO NOVAIS LIMA	MA	209	217	96,31%	1,35%	7,14%	36,93%
NELSON MEURER	PR	378	399	94,74%	4,58%	15,00%	42,86%
JOSE ALDO REBELO FIGUEIREDO	SP	611	645	94,73%	41,67%	NP	57,91%
SIMÃO SESSIM	RJ	87	92	94,57%	11,26%	<u>49,92%</u>	<u>91,02%</u>
ANIBAL FERREIRA GOMES	CE	174	184	94,57%	5,00%	11,15%	56,41%
NELSON MARQUEZELLI	SP	608	645	94,26%	4,31%	12,72%	37,96%
JOSE FRANCISCO PAES LANDIN	PI	210	224	93,75%	3,29%	7,91%	37,94%
EDSON BEZ DE OLIVEIRA	SC	269	293	91,81%	2,39%	12,82%	41,82%
JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO	BA	374	417	89,69%	1,72%	6,40%	36,32%
JORGE ALBERTO P. MENDES R. FILHO	RS	441	496	88,91%	14,00%	NP	41,15%
JOSÉ SEVERIANO CHAVES	PE	164	185	88,65%	24,70%	NP	<u>85,18%</u>
CLAUDIO CAJADO SAMPAIO	BA	369	417	88,49%	3,12%	5,34%	37,15%
JOÃO PAULO CUNHA	SP	565	645	87,60%	10,39%	27,03%	66,51%
DARCISIO PAULO PERONDI	RS	417	496	84,07%	1,47%	23,75%	50,09%
ENIO EGON BERGMANN BACCI	RS	416	496	83,87%	13,87%	15,33%	52,88%
ABELARDO LUIZ LUPION MELLO	PR	327	399	81,95%	4,70%	7,60%	38,36%
VALDEMAR DA COSTA NETO	SP	519	645	80,47%	8,88%	10,65%	44,24%
HERMES PARCIANELLO	PR	298	399	74,69%	3,64%	26,78%	50,47%
LUIZ CARLOS JORGE HAULY	PR	286	399	71,68%	4,00%	<u>51,54%</u>	<u>88,27%</u>
JOSE SARAIVA FELIPE	MG	589	853	69,05%	3,97%	5,37%	27,61%
MAURO RIBEIRO LOPES	MG	571	853	66,94%	3,93%	12,40%	39,50%
DILCEU JOÃO SPERAFICO	PR	267	399	66,92%	4,96%	25,60%	53,50%
JAIME MARTINS FILHO	MG	505	853	59,20%	1,50%	26,15%	56,95%
CARLOS CARMO ANDRADE MELLES	MG	412	853	48,30%	1,67%	15,36%	46,21%
ARACELY DE PAULA	MG	300	853	35,17%	0,44%	26,42%	62,13%
MARCIO REINALDO DIAS MOREIRA	MG	289	853	33,88%	1,12%	40,61%	<u>72,60%</u>

Fonte: TSE, (elaborado pelo autor) (NP - não prevalece)

A sexta e sétima coluna demonstra em porcentagem para um único município a maior votação do parlamentar em relação a sua totalidade de votos, separada por Capital do Estado ou município do interior. Constata-se que para uma ampla maioria dos parlamentares existe uma pulverização grande de votação, corroborando contrariamente com a idéia de “distritalização” parlamentar. As duas únicas exceções são para dois deputados do Rio de Janeiro, Miro Teixeira (PDT) e Jair Messias Bolsonaro (PP) que

conquistaram respectivamente - (71,40%) e (69,15%) – no município sede da Capital de seu respectivo Estado.

Também foram exceções para três parlamentares, Luiz Carlos Jorge Hauly (PSDB-PR), Simão Sessim (PP-RJ) e Alexandre Aguiar Cardoso (PSB-RJ) suas votações em torno de 50% numa única cidade do Interior do Estado. Pelos dados eleitorais até então vistos pode-se incorrer que o perfil de votação dos parlamentares, na sua ampla maioria é pulverizado no Estado pelo qual é candidato. Não tenho aqui um resgate histórico da votação para os mesmos parlamentares, desde o seu ingresso na Câmara dos Deputados até esta quinta vitória consecutiva e ininterrupta, mas parto da suposição que o perfil de votação siga dentro de um mesmo perfil e estabilidade.

Por fim, na última coluna os dados estão mensurados e apresentados de forma percentual a somatória para dez (10) municípios em que o parlamentar obterá suas maiores votações. Retomando a forma utilizada por Maria D. G Kinzo (1989) para o Estado de São Paulo, constata-se que apenas 11 parlamentares (sublinhados) do total tiveram um perfil de votação concentrada, ou seja, mais de 70% dos votados obtidos pelo candidato no Estado estão computados entre as dez municipalidades em que o candidato obteve suas maiores votações. Os dados indicam, portanto, uma ampla dispersão da votação para Deputados Federais brasileiros com carreira política parlamentar longa.

CARVALHO, 2003, p.96-97 utilizou a tipologia trabalhada por Indjain (1981) e Dias (1991), com quatro possíveis faixas de concentração e dispersão de votos para Deputados Federais eleitos nas eleições de 1994 e 1998. Conforme o autor, o primeiro tipo de faixa⁹ inclui os deputados de votação com Concentração Alta: em média concentram em um único município 65% de sua votação. Se levarmos em conta 10 municípios que concentram sua votação mais expressiva, o percentual é da ordem de 85%.

De acordo com os dados achados, dos seis parlamentares que apresentaram um perfil de votação com Concentração Alta, quatro são representantes do Estado do Rio de Janeiro. Estado este que apresentava oito candidatos com carreira parlamentar longa. Um optou pela carreira progressista e foi candidato a Governado do Estado¹⁰, outro foi

⁹ Ver tabela em anexo no final do texto.

¹⁰ Trata-se de Fernando Gabeira PV – RJ.

candidato e não conseguiu se reeleger¹¹ e dos seis que conseguiram, quatro deles estão na faixa de Concentração Alta.

Na segunda faixa estão os Deputados com padrão de votação Concentração Média: em média concentram em um único município 40% do total de seus votos. Se levamos em conta 10 municípios em que fora mais votados, o percentual é da ordem de 75%. Nesta faixa foram encontrados 12 parlamentares que atingem a concentração média. O destaque é para Aldo Rebelo PC do B-SP com 41% obtidos na capital do Estado de São Paulo e Marcio Moreira PP-MG que atingiu 40% de seus votos na cidade de Sete Lagoas. Dois outros parlamentares são representantes do Estado do Rio de Janeiro e um do Ceará.

Na terceira faixa estão os Deputados com Dispersão Média: em média concentram em um único município, no máximo 30% do seu total de votos. Acumulando um máximo de 60% nos 10 municípios mais votados. Foram encontrados 4 parlamentares de quatro diferentes Estados da federação.

Por último, na quarta faixa onde estão os Deputados com Dispersão Alta: em média um Deputado obtém no primeiro município que fora mais votado 15% do total de seus votos, ou, nos 10 primeiros municípios mais votados, acumula no máximo 50%. Como percentual de 53% do total de casos, 24 parlamentares se encaixa na faixa de Dispersão Alta. Entre os casos destacamos Arlindo Chignalia PT-SP que obteve 15% dos votos na Capital do Estado de São Paulo e Nelson Meurer PP –PR que obteve a mesma porcentagem na cidade de Francisco Beltrão.

Dentre os 24 casos estão presentes na lista, parlamentares com vários mandatos, como por exemplo: Eduardo Alves PMDB – RN com 11 mandatos, Jose Sarney Filho PV-MA com 8 mandatos, Nelson Marquezelli PTB-SP que em 2011 inicia seu sexto mandato, dentro outros. Conforme demonstrado na tabela 3, os casos de Concentração é presente em 39% dos casos e 61% são os parlamentares que obtiveram um padrão de votação disperso.

Tabela 03: Tipos de concentração e número de parlamentares por porcentagem

<i>Tipos de Concentração</i>	<i>de</i>	<i>Número de Parlamentares</i>	<i>%</i>	<i>%</i>
Concentração Alta		6	13	39
Concentração Média		12	26	
Dispersão Média		04	9	61

¹¹ Trata-se de Carlos Augusto Alves Santana PT-RJ.

Dispersão Alta	24	52	
Total	46	100	100

Fonte: TSE (elaborada pelo autor, dados extraídos da tabela em anexo)

O pressuposto é que as estratégias adotadas pelos candidatos na Câmara dos Deputados com perfil de carreira parlamentar longa podem ser condicionadas, em parte, pela natureza prévia destes distritos pelos quais competem e por estes serem mais ou menos competitivos. A conexão eleitoral presente entre estes parlamentares no legislativo e seus respectivos distritos eleitorais traçam como resultado o perfil da votação dos mesmos, sinalizando um quadro de concentração ou dispersão.

De acordo com a tabela 04 abaixo, a princípio se constata que existe uma relação candidato/vaga alta nos Estados pelos quais concorre o grupo de parlamentares em estudo. O destaque é para os extremos entre as regiões nordeste e sudeste. Com exceção do Piauí (9), os estados de Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão apresentaram os índices de relação candidato/vaga mais baixos, em contraposição com os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com os índices mais altos. Rio de Janeiro, a relação é de 16 por candidato/vaga.

A princípio não se pode afirmar que existe uma relação direta entre a maioria dos parlamentares em estudo terem um padrão de votação Dispersa Alta e a relação Candidato/vaga de ser alta ou baixa. O que se poderia supor é que em Estados onde a disputa seja mais competitiva, os esforços de atuação e busca por votos destes parlamentares fosse mais disperso por todo o Estado, justamente pela dificuldade de “controlarem” determinados redutos eleitorais e daí não estarem associados a uma espécie de parlamentares “distritais”

O que foi possível observar é que para os dois Estados com a relação candidatos/vagas mais alta, como São Paulo e Rio de Janeiro, seus respectivos representantes no parlamento não apresentaram um padrão de votação homogêneo. Para quatro parlamentares do Estado do Rio de Janeiro, estão na classificação Concentração Alta e para os de São Paulo, a maioria está situada na faixa de Dispersão Alta.

Tabela 04: Número de candidatos aptos ao cargo de Deputados Federais: Número de vagas e relação em ordem crescente de candidato/vaga para as eleições de 2010.

ESTADOS	Números de candidatos aptos	vagas	candidato/vaga
CEARÁ	116	22	5,27
BAHIA	246	39	6,31
AMAZONAS	52	8	6,50

GOIAS	119	17	7,00
PERNAMBUCO	176	25	7,04
RIO GRANDE DO NORTE	61	8	7,63
MARANHÃO	151	18	8,39
MATO GROSSO	69	8	8,63
RIO GRANDE DO SUL	272	31	8,77
PARANÁ	267	30	8,90
PIAUI	90	10	9,00
SANTA CATARINA	147	16	9,19
MINAS GERAIS	526	53	9,92
SÃO PAULO	1045	70	14,93
RIO DE JANEIRO	754	46	16,39
Total	4091	401	10,20

Fonte: TSE, elaborado pelo autor.

Na busca de melhores dados que possam representar a competitividade eleitoral para os deputados federais no Brasil, os achados de CARVALHO, 2003, p. 72, observa as listas extensas de candidatos que concorrem à Câmara dos Deputados. Encontra-se nos municípios de seus respectivos distritos eleitorais (Estado), um número médio de candidatos efetivos muito menores por município e estado, para as eleições de 1994 e 1998, a média do Brasil foi de 5,70 (1994) e 5,50 (1998).

A menor média foi para o Piauí 3,57 (1994) e 3,61 (1998) e a maior média foi o Estado do Rio de Janeiro, com 9,76 (1994) e 10,56 (1998), representando um nível real de competitividade muito menor do que se pensa intuitivamente, ao se levar em conta a relação candidatos/vaga.

De acordo com CARVALHO, 2003, p. 73 “a competição nos municípios se realiza na verdade entre um número restrito de candidatos efetivos” e (...) “o padrão de competitividade dos municípios é estável, pouco se altera no tempo”. O grande diferencial destes dados é que se leva em conta, ao se apurar o número médio de candidatos efetivos por município, é justamente a quantidade de partidos políticos que estão na disputa local.

Apesar do grande número de partidos políticos no Brasil registrados no TSE, a competição em âmbito local não apresenta esta totalidade. Esta irá depender do estágio de organização partidária e interesses de partidos políticos e candidatos para cada município. Portanto, se prevalece para uma maioria dos parlamentares com mais de quatro mandatos um padrão de votação de dispersão alta, uma menor competitividade na disputa local leva a imaginarmos uma facilidade maior de penetração, na busca de construir suas bases eleitorais.

E qual o padrão de votação para os parlamentares não reeleitos? Representantes de sete Estados da Federação são 9 candidatos a reeleição para o quinto mandato consecutivo, que não conseguiram êxito eleitoral, ainda que a maioria dos candidatos tenha tido uma votação percentual bem espalhada, entre 76% e 92% dos municípios de seus respectivos Estados. Com exceção de Antonio C. Pannunzio (PSDB-SP) que obteve apenas 45% e Odílio Balbiotti (PMDB – PR) com 56% dos municípios.

Estes ex-parlamentares conseguiram sua melhor votação em cidades do Interior dos Estados, como por exemplo, Affonso A. de Camargo Neto (PSDB-PR), com 42% do total de sua votação na cidade de Ponta Grossa. Três candidatos conquistaram sua melhor votação na Capital do Estado, como por exemplo, Carlos A. A. Santana (PT – RJ) com 71% na cidade do Rio de Janeiro.

Observando o padrão de votação dos 9 parlamentares que não foram reeleitos, dois se destacam na faixa de Concentração Alta, são eles Affonso A. de Camargo Neto (PSDB-PR), com 91% de sua votação entre os dez municípios que foi melhor votado e 89% para Carlos A. A. Santana (PT – RJ). Os demais se dividem entre Concentração Média com três e Dispersão Alta com quatro parlamentares não reeleitos. Dentre os nove candidatos, cinco faziam parte da coligação do Governo e quatro da Oposição.

Fazer parte dentre os partidos da Coligação do Governo ou dos partidos políticos que disputaram como opositores e/ou independentes pode significar chances maiores de obter a continuidade na carreira parlamentar? Na arena legislativa, os argumentos de PERREIRA & MULLER, 2003 demonstram que existem uma cooperação por parte do parlamentares da base do governo de seguir seus líderes e obter benefícios políticos junto ao poder Executivo, este comportamento traria como resultado aumentar as chances de sua reeleição.

Com base neste raciocínio, supomos que a opção pela carreira parlamentar estática na Câmara dos Deputados, para as eleições de 2010, seria mais provável de ocorrer para parlamentares de carreira longa que não encontram constrangimentos em fazer base da base aliada do Governo anterior. Ainda que os 77 parlamentares aqui tratados tenham cumprido seus mandatos de deputado, igualmente por oito anos, de partidos políticos opositores no cenário político brasileiro - PSDB e PT- observa-se para as eleições de 2010 uma maior porcentagem dentre o reeleitos, de parlamentares que estão na base aliada do atual governo eleito, que segue um processo de continuidade partidária e programa de governo dos dois últimos mandatos.

Dos onze partidos políticos que são representados pelos 46 parlamentares, o destaque é para o PMDB com 12 parlamentares e o PP com 9¹². Entre os parlamentares do PP, dois estão na faixa de Concentração Alta e outros dois na faixa Concentração Média, já para o PMDB, a maioria se apresenta na faixa de Dispersão Alta.

Utilizando como critério de análise os partidos políticos que fizeram parte da coligações partidárias para as eleições 2010, vinte e seis (57%) compõem a coligação “Para o Brasil seguir mudando”¹³ da candidata Dilma Rousseff (PT) e vinte parlamentares (43%) são representantes dos demais partidos, considerados neste momento como de oposição. Dos 22 parlamentares, que tiveram outro destino que não a opção de permanecer no cargo, 14 deles pertenciam aos partidos da oposição e 8 pertenciam a coligação da situação.

Mas, quando se observa a disputa partidária dentro do legislativo e a composição da base situacionista ou de oposição, observa-se uma grande predominância dos parlamentares de carreira longa tendo um comportamento político em favor da base aliada do Governo. Por exemplo, na votação para a proposição PL 382/2011, DVS PSDB emenda 1, sobre o salário mínimo, constata-se que dos 46 parlamentares reeleitos, 33 deputados presentes votaram não a proposição em votação e apenas 4 votaram sim, em favor da proposta da oposição. Outros nove parlamentares estavam ausentes ou licenciados do cargo.

Considerações Finais

Este texto analisou o padrão de votação associado aos representantes da Câmara dos Deputados de carreira parlamentar longa. De acordo com o desenho institucional brasileiro, mais especificadamente o sistema proporcional de lista aberta propicia aos candidatos de longa carreira parlamentar inúmeras estratégias para se reconduzirem ao cargo de deputados federal. Apesar das taxas de reeleição para este cargo no Brasil serem expressivas, permanecer como opção na carreira parlamentar de forma estática, por quatro mandatos, é para poucos, mesmo que para este grupo em específico, as taxas de permanência sejam altas.

¹² Os demais são: PR (6), PTB (5), DEM (4), PT (3), PDT e PSB com (2) e PC do B, PSDB e PV com (1).

¹³ Conforme informações do TSE, os 10 partidos políticos que fizeram parte da coligação são: PRB, PDT, PT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB E PC do B.

Deste modo, este trabalho constatou que uma maioria dos parlamentares com mandatos longo possuem um padrão de votação disperso alto. Quando se observa a votação somada dos dez municípios que estes foram mais votados nas eleições de 2010, para uma maioria deles, esta porcentagem não ultrapassa 50% do total de votos obtidos no Estado em que disputam as eleições.

Os dados parecem contraditórios, por terem demonstrado uma baixa competitividade partidária para Deputados Federais no Brasil e a dispersão dos votos que estes parlamentares conseguem obter por quase todo o Estado, sendo que apenas quatro parlamentares mineiros não ultrapassaram 60% do total dos municípios em que foram votados nas eleições de 2010.

Averiguar o peso percentual da votação de cada parlamentar, de acordo com o número de eleitores no município e sua contigüidade ou não geográfica, pode ser um caminho mais preciso com o intuito de averiguar possíveis concentrações ou dispersões dos votos.

Assim como, acompanhar a carreira política do parlamentar dentro na casa, levando-se em outras variáveis que pudessem dizer da atuação deste grupo em específico, tanto na arena legislativa, como na arena eleitoral e partidária, poderia oferecer argumentos mais robustos para a busca de se entender melhor, o padrão de votação de parlamentares com carreira longa e a existência da conexão eleitoral.

Bibliografia Consultada

CARVALHO, N. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003, p.224

FLEISCHER, D. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais. 1976-1974. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 43, p.333-360, 1976.

FLEISCHER, D. Condições de sobrevivência da bancada federal mineira em eleições distritais: análise de distribuição geográfica do voto em 1966 a 1978. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 53, p153-181, julho de 1981.

LIMONGI, F. Formas de Governo, Leis partidárias e processo decisório. *Boletim Informação Bibliográfica*. São Paulo, n 55, p. 3-148, 2003.

MAYHEW, D. *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press, 1974.

OLIVEIRA, M. Di M. F. *A política como profissão: uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. 2009, 143f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.

PAULA, C. de. Para diversificar o estudo da conexão eleitoral no Brasil: uma agenda de pesquisa. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 1, n. 1, set. 2010

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, n4, 2003, pp. 735-771 Disponível em <[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br) > Acesso em: 19 abr.2011

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 27, n. 4, dez. 2007.

RICCI, P. e LEMOS, L. B. Produção legislativa e preferências eleitorais na comissão de agricultura e política rural da câmara dos deputados. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19 n°. 55, p24 junho/2004

SANTOS, A. M. dos. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). 2000, 259 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Porto Alegre. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

ANEXO

Tabela 04: Relação dos 46 Deputados Federais: indicação porcentual de votação e o grau de concentração/dispersão para as eleições de 2010.

<i>Nome do Deputado/Partido Político e Estado</i>	<i>indicador</i>	<i>Faixa</i>
SIMAO SESSIM (PP -RJ)	91% nos 10 municípios	Concentração Alta
MIRO TEIXEIRA (PDT -RJ)	71% em 1 município	Concentração Alta
JAIR MESSIAS BOLSONARO (PP -RJ)	69% em 1 município	Concentração Alta
ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO (PSB -RJ)	87% nos 10 municípios	Concentração Alta
JOSE SEVERIANO CHAVES (PTB - PE)	85% nos 10 municípios	Concentração Alta
LUIZ CARLOS JORGE HAULY (PSDB- PR)	88% nos 10 municípios	Concentração Alta
JOSE LINHARES PONTE (PP -PR)	77% nos 10 municípios	Concentração Média
JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO (PC do B -SP)	41% nos 10 municípios	Concentração Média
ALEXANDRE JOSE DOS SANTOS (PMDB - RJ)	76% nos 10 municípios	Concentração Média
AROLDE DE OLIVEIRA (DEM -RJ)	80% nos 10 municípios	Concentração Média
MARCIO REINALDO DIAS MOREIRA (PP-MG)	40% em 1 município	Concentração Média
FERNANDO DANTAS FERRO (PT -PE)	33% em 1 município	Concentração Média
WELLINGTON ANTONIO FAGUNDES (PR -MT)	63% nos 10 municípios	Concentração Média
JOVAIR OLIVEIRA ARANTES(PTB - GO)	61% nos 10 municípios	Concentração Média
JOÃO PAULO CUNHA (PT -SP)	66% nos 10 municípios	Concentração Média
LUIZ GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE)	71% nos 10 municípios	Concentração Média
ARACELY DE PAULA (PR-MG)	62% em 10 municípios	Concentração Média
JOSE ARNON CRUZ BEZERRA DE MENEZES (PTB -CE)	61% em 10 municípios	Concentração Média
ANIBAL FERREIRA GOMES (PMDB - CE)	56% nos 10 municípios	Dispersão Média
ENIO EGON BERGMANN BACCI (PDT-RS)	53% em 10 municípios	Dispersão Média
DILCEU JOÃO SPERAFICO (PP- PR)	53% nos 10 municípios	Dispersão Média
JAIME MARTINS FILHO (PR-MG)	56% em 10 municípios	Dispersão Média
ATILA SIDNEY LINS DE ALBUQUERQUE (PMDB - AM)	48% nos 10 municípios	Dispersão Alta
HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES (PMDB - RN)	34% nos 10 municípios	Dispersão Alta
EDSON BEZ DE OLIVEIRA (PMDB - SC)	41% nos 10 municípios	Dispersão Alta
ROBERTO EGÍDIO BALESTRA (PP -GO)	39% nos 10 municípios	Dispersão Alta
PEDRO NOVAIS LIMA (PMDB - MA)	37% nos 10 municípios	Dispersão Alta
JOSÉ SARNEY FILHO (PV -MA)	46% nos 10 municípios	Dispersão Alta
GASTÃO DIAS VIEIRA (PMDB - MA)	38% nos 10 municípios	Dispersão Alta
MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE (PP - BA)	35% nos 10 municípios	Dispersão Alta
JOSE ALVES ROCHA (PR - BA)	48 % nos 10 municípios	Dispersão Alta
CARLOS DO CARMO ANDRADE MELLES (DEM - MG)	46% nos 10 municípios	Dispersão Alta
VALDEMAR COSTA NETO (PR - SP)	44% nos 10 municípios	Dispersão Alta
ARLINDO CHIGNALIA JUNIOR (PT -SP)	15 % em 1 município	Dispersão Alta
NELSON MARQUEZELLI (PTB -SP)	37% nos 10 municípios	Dispersão Alta
INOCENCIO GOMES DE OLIVEIRA (PR -PE)	32% nos 10 municípios	Dispersão Alta
JORGE ALBERTO P. MENDES R. FILHO (PMDB - RS)	41% em 10 municípios	Dispersão Alta
DARCÍSIO PAULO PERONDI (PMDB - RS)	50% nos 10 municípios	Dispersão Alta
NELSON MEURER(PP -PR)	15% em 1 município	Dispersão Alta
HERMES PARCIANELLO (PMDB - PR)	50% nos 10 municípios	Dispersão Alta
ABELARDO LUIZ LUPION MELLO (DEM -PR)	38% em 10 municípios	Dispersão Alta
MAURO RIBEIRO LOPES (PMDB - MG)	39% nos 10 municípios	Dispersão Alta
JOSE SARAIVA FELIPE (PMDB - MG)	27% em 10 municípios	Dispersão Alta
JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO (PP - BA)	36% em 10 municípios	Dispersão Alta
CLAUDIO CAJADO SAMPAIO (DEM - BA)	37% em 10 municípios	Dispersão Alta
JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM (PTB - PI)	38% em 10 municípios	Dispersão Alta

Fonte: TSE (tabela elaborada pelo autor)